

ENSAIO TEÓRICO

“Lembrar é resistir”(?): Discursos sobre o regime militar em disputa

Fernanda LUNKES 

Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)

Silmara DELA SILVA 

Universidade Federal Fluminense (UFF)



OPEN ACCESS

EDITADO POR

- Evandra Grigoletto (UFPE)
- Bethania Mariani (UFF)
- Gian Luigi De Rosa (UNIROMA)

AVALIADO POR

- Luciana Vinhas (UFPE)
- Fernanda Galli (UFPE)

SOBRE OS AUTORES

- Fernanda Lunkes
Conceptualização, Análise formal, Investigação e Escrita – análise e edição.
- Silmara Dela Silva
Análise formal, Investigação e Escrita – análise e edição.

DATAS

- Recebido: 07/10/2020
- Aceito: 20/11/2020
- Publicado: 17/12/2020

COMO CITAR

Lunkes, F.; Silva, S. D. (2020).
“Lembrar é resistir” (?):
Discursos sobre o regime militar
em disputa. *Revista da Abralín*,
v. 19, n. 3, p. 348-364, 2020.

RESUMO

Inscrito no quadro teórico-metodológico da análise de discurso de base materialista, que se desenvolve a partir das proposições de Michel Pêcheux, o presente trabalho tem como objetivo analisar discursivamente sentidos em curso para o regime militar no Brasil, em diferentes materializações no espaço urbano. Com foco nas tensões e contradições que inscrevem tais discursos na cidade, em nossa conjuntura sócio-histórica, traz para análise um *corpus* constituído pelo vídeo institucional disponível no site do Memorial da Resistência, em São Paulo, e flagrantes urbanos de cartazes que fazem apologia à ditadura e aos métodos de tortura e morte por ela empregados no Brasil. As análises realizadas possibilitam vislumbrar a contradição entre os discursos de resistência, que ganham o espaço do Memorial, e o discurso cívico e(m) gestos de violência, flagrado no espaço urbano. Tais flagrantes apontam para a necessidade de questionamento das evidências de sentidos, de modo a fazer da lembrança um gesto de resistência.

ABSTRACT

This paper, which embodies the theoretical-methodological framework of materialist discourse analysis deriving from the propositions of Michel Pêcheux, aims to analyze the current meanings of the Military Government discourse in Brazil through its different manifestations in the urban space. This work is focused on the conflicts and contradictions that surround such discourse in the cities, in our socio-historical context, to assess a *corpus* comprised by the institutional video of the *Memorial da*

Resistência [Memorial of Resistance] website, in São Paulo, and by urban manifestations in the form of posters supporting the return of the Brazilian dictatorship and their methods of torture and murder. This assessment aims to promote the understanding of the contradiction between the resistance discourse, which is gaining space at the *Memorial da Resistência* site, and the cynical discourse of the pro-violence posters displayed in the urban space. Such urban manifestations point to the need for questioning the evidence of meanings in an attempt to turn our memory into a gesture of resistance.

PALAVRAS-CHAVE

Análise de Discurso. Regime Militar. Espaço urbano.
Memorial da Resistência.

KEYWORDS

Discourse Analysis. Military government. Urban space.
Memorial da Resistência.

Introdução¹

O presente trabalho, filiado à Análise materialista de Discurso, sustentada nos dispositivos teórico-metodológicos elaborados por Michel Pêcheux (2009 [1975]), na França, e Eni Orlandi (2001; 2004), no Brasil, tem em vista produzir uma análise que situe algumas das tensões e dos sentidos produzidos sobre o regime militar no Brasil nas primeiras décadas do ano 2000. Para tanto, elege como objetos de análise o vídeo institucional do “Memorial da Resistência” e alguns dizeres que circularam em cartazes em manifestações realizadas no espaço urbano, na última década.

A análise desses dizeres, compreendidos nesta pesquisa enquanto flagrantes urbanos², relaciona-se a um projeto mais amplo, intitulado *Discurso político e políticas públicas a partir do*

¹ Considerando um dos objetos de análise do presente trabalho, mobilizamos o título da peça teatral “Lembrar é resistir”, escrita por Analy Alvarez e Izaías Almada e dirigida por Silnei Siqueira. Exibida pela primeira vez em 1999 em comemoração aos 20 anos de anistia, a peça foi/é encenada no Memorial da Resistência. (Fonte: <http://www.memorialdarestenciasp.org.br/memorial/default.aspx?mn=72&c=249&s=#>. Acesso em: 16 de set. 2020).

² Posteriormente explicaremos como a noção de flagrantes urbanos é compreendida na pesquisa.

*acontecimento do impeachment: análise dos discursos sobre ciência, educação e cultura*³. O projeto tem como objetivo geral situar os modos de formulação e circulação do discurso político brasileiro a partir do acontecimento do *impeachment* e um de seus objetivos específicos consiste em analisar os efeitos do discurso político no espaço urbano.

O espaço urbano é mobilizado com base nos estudos de Orlandi (2004, p. 71), que define a cidade como “espaço social público em que sentidos e sujeitos se constituem em suas particularidades [...]”, estabelecendo para o sujeito que por ela circula – o cidadão – a dimensão jurídica. Para a autora, ao contrário de nação, que funciona de maneira mais abstrata, a cidade “tem dimensões, formas visíveis” (ORLANDI, 2004, p. 11), algumas das quais colocaremos em questão no batimento entre descrição e interpretação das análises aqui trazidas.

Mobilizar a cidade, para Orlandi (2004, p. 12), significa colocar em questão “localidade, aglomerado, concentração e quantidade”, questões caras ao presente texto, já que o espaço urbano – a rua, de forma mais específica – atua enquanto dispositivo analítico que, na articulação com o político, engendra tensões, aglomerações e mobilizações as quais fazem circular determinadas demandas sociais com diferentes filiações ideológicas.

Colocar em questão as diferentes discursividades que circulam pelo espaço urbano nos permite considerar, com base em Pêcheux (2009 [1975]), a contradição que trama a materialidade da língua e da história e(m) relações constitutivas. Isso porque, em uma mesma conjuntura, temos um espaço como o Memorial da Resistência, que se dedica a dizer, a mostrar, a fazer comparecer os efeitos político-econômico-sociais-afetivos de um regime autoritário cujas práticas são pautadas por dispositivos de coerção e violência, e o registro de mobilizações que ocorrem no espaço urbano com dizeres que aludem e reivindicam justamente as práticas de violência vinculadas ao regime militar no Brasil.

1. Os espaços do museu e do memorial

Para iniciarmos nosso percurso reflexivo em torno dos espaços do museu e do memorial, mobilizaremos os sentidos dicionarizados. Não está em questão, considerando a perspectiva que ancora nosso trabalho, conceber os sentidos como evidentes e transparentes; o dicionário, enquanto objeto de conhecimento determinado sócio-historicamente (ORLANDI, 2001, p. 09), atua enquanto objeto na/para a legitimação dos sentidos e(m) seus efeitos de evidência, em uma determinada formação social.

O verbete ‘memorial’ é assim definido no Dicionário Houaiss (2009, p. 1272): “Memorial: 1 relato de memórias 2 obra concernente a fatos ou indivíduos memoráveis; memórias [...] 7 digno de ser lembrado; memorável”. Já para o verbete ‘museu’ são apresentadas as seguintes definições: “[...] 2 instituição dedicada a buscar, conservar, estudar e expor objetos de interesse duradouro ou de valor

³ Coordenado pela professora Evandra Grigoletto (UFPE) e composto por uma equipe interinstitucional, com pesquisadores da UFPE, UFAL, UFSB e UFF. Desenvolvido com apoio do Edital Universal/CNPq-2018.

artístico, histórico etc. [...] 3 local onde tais objetos são expostos [...] 4 coleção, reunião de objetos raros, miscelânea, variedade” (HOUAISS 2009, p. 1335).

Pode-se depreender que os sentidos dicionarizados de memorial relacionam-se a uma especificidade temática; no caso do Memorial da Resistência, a um espaço do memorável destinado sobretudo ao funcionamento do regime militar e(m) seus traços mais vis e aos movimentos de oposição ao regime militar no Brasil. Depreendemos ainda sentidos que produzem um efeito de alinhamento entre o memorial e o museu: a conservação do que é memorável e pode/deve, por seu valor, ser posto à visibilização, exposição e lembrança públicas.

O museu pode ser definido, conforme Venturini e Schon (2018), como “espaço discursivo”. Com essa concepção em jogo, compreendemos o museu como um espaço que aponta para a visibilização de memórias, as quais, em uma tomada de posição que (re)convoca o não esquecimento, funciona de modo a resguardá-las e fazê-las comparecer; um espaço no qual os sentidos não cessam de ser produzidos. As autoras acrescentam em sua exposição:

[...] definimos o museu como espaço discursivo, pensando a noção espaço discursivo à luz de Pêcheux (2002) como o lugar do enunciável, que possibilita que um enunciado derive para outro enunciado e, também, referida por Courtine (1981) como domínio de memória, possibilitando a apreensão dos funcionamentos discursivos. (VENTURINI; SCHON, 2018, p. 546).

Diante dessa perspectiva, é preciso considerar ainda o jogo constitutivo entre aquilo que se diz/mostra e aquilo que não se diz/não se mostra, sentidos sobre e a partir do espaço do museu que colocam em questão o que ressoa por/em sua ausência. Designando o museu como um entre os “espaços discursivo-museológicos”, Sousa (2017) ressalta que, na urgente evidência de uma determinada visibilização de/em tais espaços, “também está posto o ausente, o inenarrável, o incompleto e o que não completará a série” (SOUSA, 2017, p. 78). A advertência da autora permite compreender a incompletude, o vazio, o furo, o lacunar, ou seja, os sentidos não previstos, não possíveis, não estabilizados em um gesto de leitura que, por sua vez, projeta em seu horizonte uma estabilização dos sentidos.

1.1 O Memorial da Resistência: um gesto de análise

Em nosso percurso teórico-analítico, voltaremos nosso enfoque ao espaço do Memorial da Resistência. Inaugurado em 1º de maio de 2008 e sediado na cidade de São Paulo, esse espaço surge a partir de uma iniciativa do governo do Estado de São Paulo que, por meio da Secretaria da Cultura, funda-o com vistas a preservar e/ou a recuperar uma determinada memória sobre o regime militar, o golpe de Estado militar, deflagrado em 1964, no qual estavam envolvidas também lideranças civis e elites empresariais.

Diante das consequências produzidas por um golpe, demandado por diversos setores da formação social brasileira (TOLEDO, 2004), que tinha como um de seus alvos o processo democrático, o Memorial assume uma determinada tomada de posição nos dizeres e imagens que são postas a

circular; assim, esse espaço coloca em questão o processo ditatorial, a tortura e a falta de liberdade no país. Conforme apresentado no vídeo institucional, o Memorial é um espaço que se constitui em torno de três palavras: controle, repressão e resistência, consideradas “três palavras-chave para compreender os regimes autoritários no Brasil republicano”⁴.

O Memorial ocupa parte do edifício que foi sede, durante o período de 1940 a 1983, do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS-SP). Sua proposta prevê, “por meio da musealização”, constituir-se como uma “instituição dedicada à preservação de referências das memórias da resistência e da repressão políticas do Brasil republicano (1889 à atualidade)”⁵. Ao discorrer acerca dos “regimes autoritários no Brasil republicano”, o vídeo institucional do Memorial, que, como já exposto, constitui nosso objeto de análise, menciona dois períodos, assim designados: “Era Vargas 1930-1945” e “Regime Militar 1964-1985”.

Conforme Figueiredo (2017, p. 26), o Memorial é “o único lugar de memória dedicado à ditadura” no Brasil, caracterizando-se, em seus termos, por enfatizar “mais a resistência à ditadura do que a dor e a vitimização”, apesar de sua localização em uma prisão, onde foram encarcerados vários presos políticos, que ali também foram torturados. Um espaço cujo domínio de memória (VENTURINI; SCHON, 2018), portanto, permite a circulação de discursos sobre a ditadura, com seus dispositivos próprios de coerção, e opera ao mesmo tempo um deslocamento de sentidos quando passa a funcionar como um espaço público de visita; um espaço que coloca em evidência o discurso dos companheiros presos, torturados e mortos pelo regime militar⁶.

O termo ‘resistência’ e alguns de seus sentidos são mobilizados logo no início do vídeo institucional do Memorial, como se pode observar nas quatro imagens expostas a seguir:

⁴ Link de acesso ao vídeo institucional: <http://memorialdaresistenciasp.org.br/memorial/default.aspx?c=130#>. Acesso em: 07 de set. 2020.

⁵ Informações retiradas do site: <http://memorialdaresistenciasp.org.br/memorial/default.aspx?c=83#>. Acesso em 07 de set. 2020.

⁶ No museu, o visitante tem acesso às celas dos presos, o que possibilita a leitura das inscrições nas paredes. Uma escrita que se marca enquanto efeito de angústia e ao mesmo tempo de resistência, e que permite o retorno, pelo gesto de leitura (pro)posto pelo Memorial, enquanto memória que visibiliza esses efeitos. Na visita ao Memorial, foi possível ler em uma das paredes o texto assinado pela presa política Rose Nogueira: “Pegaram meu bebê para me ameaçar”.



FIGURA 1 - Print screen do vídeo institucional do Memorial da Resistência
Fonte: <http://memorialdaresistencia.org.br/memorial/default.aspx?c=130#>

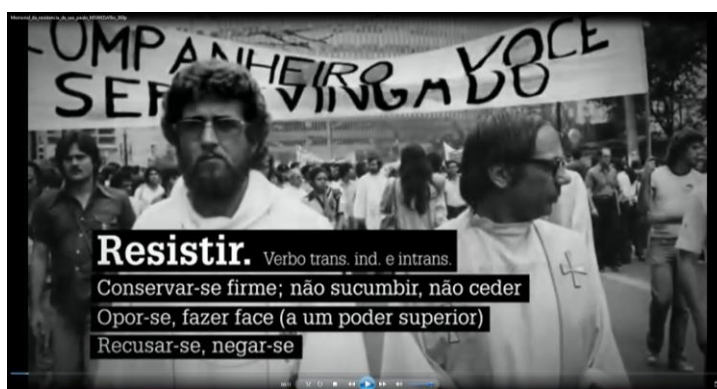


FIGURA 2 - Print screen do vídeo institucional do Memorial da Resistência
Fonte: <http://memorialdaresistencia.org.br/memorial/default.aspx?c=130#>

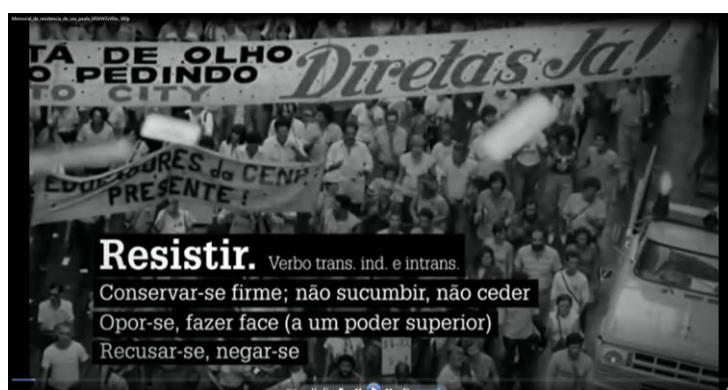


FIGURA 3 - Print screen do vídeo institucional do Memorial da Resistência
Fonte: <http://memorialdaresistencia.org.br/memorial/default.aspx?c=130#>



FIGURA 4 - Print screen do vídeo institucional do Memorial da Resistência
 Fonte: <http://memorialdaresistencia.org.br/memorial/default.aspx?c=130#>

Essa sequência de quatro imagens, que constitui nosso *corpus*, ganha foco no início do vídeo, permitindo, a partir de recursos técnicos, o efeito do comparecimento do texto e seu apagamento, a mobilização de alguns sentidos dicionarizados da palavra “resistir”. Nesse “processo de composição” (LAGAZZI, 2009) que coloca em questão o gesto de leitura do Memorial sobre os sentidos de resistência, são apresentadas imagens de manifestações populares realizadas no período do regime militar. Manifestações que clamam, por meio de palavras de ordem, cartazes e faixas, pelo direito à cultura, à liberdade, por eleições diretas no país e pelo desejo de reparação/punição pelos atos de perseguição, tortura e assassinato de companheiras e companheiros empreendidos pelo regime autoritário. A resistência, na relação de sentidos estabelecidos com a sequência de figuras, significa pela ação coletiva, suficiente e capaz de “opor-se, fazer face (a um poder superior)”, de “recusar-se, negar-se” a aceitar o controle e a repressão de um regime político de exceção.

Da perspectiva discursiva, situamos a resistência a partir do trabalho de Mariani (1998). Para a autora, a resistência atua sobre/com o deslocamento de sentidos esperados; um exemplo é a substituição de uma palavra por outra no fio do discurso. Sendo assim, a resistência se alinha à ressignificação dos sentidos, o que pode ser feito também a partir de processos de silenciamento; em outros termos, calar como gesto de resistência (ORLANDI, 2002).

A constituição do museu marca um gesto de resistência, a partir do que nos fala Figueiredo (2017, p. 26): circular dizeres e sentidos sobre as “atrocidades perpetradas por um regime de exceção” e sobre as quais foram operados processos de silenciamento, tanto de sentidos, como de sujeitos, em forte processo censório de silenciamento e por vezes de aniquilamento, físico e subjetivo.

Silenciar as violências de um governo autoritário pode ser então, neste caso, filiar-se ao discurso dominante, inscrevendo o jogo de sentidos posto em Figueiredo (2017) entre anistia e amnésia. Pode-se considerar ainda, a partir de Pêcheux (2015 [1984]), que a resistência, processo subjetivo de ordem ideológica e inconsciente, pode-se marcar na revolução (proletária) pelo ataque ao que foi contornado e conservado. Em nosso gesto de análise, podemos situar que propostas como a do Memorial produzem um efeito de contorno do processo de silenciamento censório (ORLANDI, 2002) de/sobre um regime autoritário pelo retorno de sentidos em jogo sobre esse período, no qual a formação social

brasileira esteve sob o funcionamento de uma política militar de violência e de tortura. Tal comparecimento estabelece uma relação outra de sentidos em relação a esse período e regime sobre os quais também repousam o imaginário de ordem social, progresso econômico e moralidade nos costumes.

Com base no trabalho de Ricoeur (1995), compreendemos que a constituição do espaço do Memorial da Resistência, planejada e executada no mesmo espaço onde outrora aconteceram torturas e assassinatos, convoca a formação social brasileira a um trabalho de elaboração do funcionamento de determinados períodos governamentais, equivocando uma evidência construída sobre tais regimes, como, por exemplo, aquela na qual se pauta a afirmação de que “no governo militar era bom”. As imagens que trouxemos do vídeo retomam, assim, movimentos e levantes sociais feitos à época diante da falta de liberdade nas artes, da impossibilidade de voto direto, de companheiros desaparecidos. A última figura, em seu gesto de enquadramento, joga também com possíveis efeitos de sentidos numéricos, permitindo a visualização de um amplo movimento que pode ser associado à insatisfação social. Um enquadramento mais próximo, por sua vez, permitiria jogar com um engajamento popular menor do que essa figura, restringindo a insatisfação a um grupo⁷ mais restrito – como no caso da Figura 3.

Ricoeur (1995, p. 07), abordando traumas sociais, trata do perdão e afirma que este “é o contrário do esquecimento de fuga; não se pode perdoar o que foi esquecido”. Com base em Freud, o autor propõe um trabalho social na elaboração dos diferentes traumas que um grupo/uma formação social enfrenta ao longo de sua história. Para tanto, faz-se necessário retomá-los, em um enfrentamento analítico sobre os fatos. Um esforço de reconstruir tais fatos abrangendo pontos de vista outros, segundo a tomada de posição do autor, para quem “Não só os acontecimentos do passado permanecem abertos a novas interpretações, como também se dá uma reviravolta nos nossos projectos, em função das nossas lembranças, por um notável efeito de ‘acerto de contas’” (RICOEUR, 1995, p. 04).

O perdão, na perspectiva do autor, consiste “não em exercê-lo, ou dá-lo, como se diz, mas em pedi-lo. O perdão é primeiro o que se pede a outrem, e antes de mais à vítima.” (RICOEUR, 1995, p. 7). Ao retomar o funcionamento de um espaço outrora de interrogatórios a sujeitos perseguidos, que lá eram sistematicamente torturados e assassinados, e mobilizar sentidos outros que não aqueles regularmente circulantes nos governos autoritários – mobilizando um jogo linguístico que permite o comparecimento do termo ‘resistência’ e não ‘terrorismo’, por exemplo –, o espaço do Memorial coloca(-os) em cena as/às vítimas e permite a formulação e circulação de outros dizeres sobre a ditadura e os diferentes movimentos de oposição e(m) diferentes gestos de resistência.

“Um mundo que não cessa jamais de se dividir em dois”. É com essa afirmação que Pêcheux (2015 [1984], p. 07) problematiza como as “formações ideológicas se referem aos ‘objetos’ (como a Liberdade, a Justiça etc.)”, simultaneamente como idênticos e diferentes. Assim é que, por exemplo, o aparelho ideológico de Estado (ALTHUSSER, 1974) escolar possui um funcionamento contraditório

⁷ Não podemos deixar de mencionar que no discurso do regime militar o sentido de insatisfação é relacionado a alguns grupos, sobre os quais recai uma produção dominante de sentidos que os negativizam. Relacionando ao estudo de Mariani (1998), depreende-se a instauração de um processo metonímico que coloca esquerda, comunismo, inimigos, entre outros, em uma cadeia circular de significação que produz o imaginário de inimigos do povo e da nação.

na produção de suas formas de conhecimento, que podem ocorrer por um percurso de ensino voltado à formação de líderes e, ao mesmo tempo, à formação técnica de trabalhadores. Da mesma maneira, o aparelho de Estado cultural ressignifica um espaço antes pertencente ao aparelho repressor do Estado. O processo discursivo, portanto, se inscreve na luta ideológica de classes; estas, como nos lembra Pêcheux, não são indiferentes à língua.

Pêcheux ilumina, com essa afirmação, um outro ponto de nosso trabalho, qual seja, a contradição. Se, por um lado, a década de 1990 e os primeiros anos do século XXI propiciaram a emergência de sentidos e dizeres outros sobre o regime militar, dando as condições necessárias para a criação do Memorial da Resistência, por exemplo, por outro, foi possível verificar nos últimos anos, sobretudo em manifestações no espaço urbano, dizeres de homenagem e de reivindicação pelo retorno do regime militar no Brasil. Nosso trabalho prossegue analisando alguns desses dizeres, a partir do que estamos designando como flagrantes urbanos.

2. A emergência de discursos de apologia à ditadura

O que localizamos como um movimento de reivindicação do retorno da ditadura ganha forma material nas ruas de grandes cidades brasileiras, de modo mais expressivo, em meados de 2015. Em março e abril daquele ano, foram realizadas manifestações que se autodenominaram contra a corrupção⁸, organizadas principalmente com a finalidade de enfraquecer o governo da então presidenta Dilma Rousseff, após a sua vitória nas urnas, no final de 2014, momento político na formação social brasileira marcado pela polarização e pelas consequências sociais e políticas dos conflitos decorrentes das manifestações de 2013.

Trata-se de um movimento reivindicatório alinhado a um posicionamento político de direita que deve ser situado pelo acirramento radical dos sentidos postos em circulação. Casimiro (2018) apresenta um percurso que retoma a reorganização das classes dominantes a partir da década de 1980. Pode-se depreender, no entanto, que as condições de produção da/na formação social brasileira produzem uma (re)emergência desses discursos de direita a partir dos anos 2000, conforme ressalta o autor:

⁸ É importante destacar que esse não é o primeiro movimento empreendido pela oposição durante os anos de governos petistas. Em 2007, por exemplo, o movimento conhecido como “Cansei” reuniu instituições como OAB/SP e Associação do Comércio, empresários como João Dória, artistas como Ivete Sangalo, Hebe, Regina Duarte, Ana Maria Braga, Regina Casé, Seu Jorge, além de civis. Manifestações foram realizadas em São Paulo e entre as palavras de ordem estavam “Fora Lula” e “Lula, ladrão, vai pra prisão”, o que nos permite depreender nessas tensões e nesses conflitos mais marcados em (dis)curso uma prática discursiva de ódio à esquerda, materializada no fio do discurso pela mobilização da posição ocupada pelo então presidente Lula. (Fontes: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/08/1909369-ha-dez-anos-cansei-dava-a-doria-projecao-politica-e-pecha-de-golpista.shtml>; <https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/cansei-lota-praca-da-se-contr-a-vontade-organizadores-manifestantes-gritam-fora-lula/>. Acesso em 13 set. 2020).

[...] a partir da segunda metade da década de 2000, o discurso da direita passa a ganhar maior dimensão e radicalidade. Abandona-se uma espécie de ‘constrangimento’ que mantinha suas manifestações mais extremadas silentes; depois, elas passaram a caracterizar esse avanço da direita no Brasil. A reprodução desse tipo de concepção passou a ganhar muita força em virtude dos novos meios de comunicação digital e das redes sociais. Além da maior difusão do pensamento liberal-conservador, narrativas revisionistas e as fakenews passaram a ‘redimir’ determinados discursos de ódio, tidos como inaceitáveis e repulsivos por décadas pela maioria da sociedade. (CASIMIRO, 2018, p. 43-44).

Casimiro (2018) aponta para o que está em jogo no funcionamento do/no ‘discurso de direita’: as narrativas revisionistas e as *fakenews*, que são impulsionadas pelas formas de circulação das tecnologias digitais e por seu funcionamento técnico (como a algoritmização). Miguel (2018) propõe em seu trabalho uma perspectiva mais ampla, permitindo-nos, assim, pensar em discursos de direita, uma vez que a direita pode ser vinculada a diferentes movimentos. O autor faz uma retomada e os reúne em três grandes vertentes: libertarianismo, fundamentalismo religioso e anticomunismo. O primeiro, estabelecendo uma relação tensa com o liberalismo clássico, “reduz todos os direitos ao direito da propriedade e tem ojeriza por qualquer laço de solidariedade social.” (MIGUEL, 2018, p. 19). Estabelece-se nos discursos alinhados a esse movimento uma prática discursiva que produz um efeito de oposição entre “Estado, esquerda, coerção e igualdade”, os quais devem ser eliminados, e “liberdade, mercado e direita”, que devem permanecer (MIGUEL, 2018, p. 19).

O segundo, o fundamentalismo religioso, pode ser definido, conforme Miguel, como “percepção de que há uma verdade revelada que anula qualquer possibilidade de debate” (MIGUEL, 2018, p. 21), e atua principalmente em pautas morais. E o terceiro, o anticomunismo, retoma o discurso da Guerra Fria, mas relacionando-o ao “bolivarianismo venezuelano”. Esse último, inclusive, pode ser compreendido como uma das condições de produção para a possibilidade de algumas equações linguísticas (MARIANI, 1998) que compareceram nos últimos anos nos discursos da direita, tais como: “petista=comunista” e “esquerda=comunista”.

Da perspectiva discursiva, pode-se situar esses movimentos de direita pela filiação a diferentes formações discursivas (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 147). Retomando a já bastante conhecida definição entre os analistas de discurso de que essas formações atuam como matriz de sentido que regula “o que pode e deve ser dito” (em formas diversas, como sermão, panfleto, programa) a partir de uma posição assumida pelo sujeito em uma determinada conjuntura, situamos tais movimentos a discursos que reivindicam distintas agendas, de pautas econômicas às morais. Em meio a estes, localizamos dizeres de apoio à tomada do poder pelos militares, com a conseqüente valorização de governos autoritários/protofascistas e de apologia à tortura.

A respeito do movimento de reivindicação do retorno da ditadura, retomamos a reflexão empreendida por Orlandi (2010). Nesse texto, a autora destaca que, na conjuntura sócio-histórica e política de 1968, alguns sentidos sofriam processos de silenciamento censórios, tais como aqueles relacionados à tortura, resistência e liberdade. A autora coloca em questão a não realização de um

trabalho social à época, a ausência de um “politicamente significado”⁹, que por estar “fora da memória não está nem esquecido nem foi trabalhado, metaforizado [...]. Está in-significado, de-significado” (ORLANDI, 2010, p.66).

A afirmação de Orlandi é corroborada por Figueiredo (2017) em suas reflexões acerca da literatura como arquivo da ditadura brasileira. Em seus termos: “No Brasil não se cultiva a memória política porque a anistia significou amnésia, o país se recusa a enfrentar seu passado, a rever os crimes cometidos, a expor as atrocidades perpetradas por um regime de exceção.” (FIGUEIREDO, 2017, p. 26). Retomando a teorização de Ricoeur (2005) que aproxima anistia e amnésia, a autora afirma que a anistia concedida às vítimas da ditadura no Brasil e que permitiu o retorno dos então exilados ao país também significou o perdão para “os torturadores e os assassinos”, funcionando, assim, como uma lei que impede o Brasil de “olhar para o seu passado” (FIGUEIREDO, 2017, p. 26).

O não olhar para o passado irrompe enquanto demanda urgente na atualidade a partir da formulação e circulação de dizeres reivindicando não apenas o retorno do regime militar, mas colocando como questão de ordem um dos traços mais perversos de seu funcionamento.

2.1 Discurso cínico e(m) gestos de violência

O ano de 2015 foi marcado por intensas manifestações. Indursky (2016, p. 65) traça uma análise contrapondo o que designa como “jornadas de junho de 2013” com as manifestações de 2015. Sobre estas últimas, a autora explica que foram inicialmente provocadas por lideranças políticas, diferentemente daquelas. Além disso, enquanto as jornadas de 2013 se caracterizavam pela “heterogeneidade ideológica” (INDURSKY, 2016, p. 78), em 2015 houve uma dissolução desse efeito heterogêneo, e as manifestações passaram a se configurar em grupos: de um lado, os que se manifestavam contrários ao governo e, de outro, os que apoiavam o governo, cada um com cores próprias. As cores utilizadas nas roupas e nos acessórios coloriam o espaço das ruas das cidades pelas quais passavam; enquanto os manifestantes contrários elegeram as cores pátrias, os apoiadores do governo utilizavam a cor vermelha.

A circulação das cores nas ruas, em seu efeito de polarização, marca diferentes tomadas de posição e de classe. Com base em Indursky, compreendemos as manifestações de 2015 como práticas discursivas que colocam em questão “um mal-estar vigente em relação não só ao poder instituído, mas também à democracia, forma de governo vigente hoje no Brasil” (INDURSKY, 2016, p. 67). De acordo com Souza (2017), esse momento das manifestações abrange um período – para o autor, de 2013 a 2016 – no qual a culpabilização e criminalização, decorrentes sobretudo das investigações da

⁹ A Comissão Nacional da Verdade, cujo objetivo era “apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988”, foi uma iniciativa extremamente relevante. O curto período de duração (de 2012 a 2014) para investigar um longo período histórico já aponta para questões outras e que vão ao encontro do exposto por Orlandi. (Fonte: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=571. Acesso em 16 de set. 2020).

operação Lava Jato e de vazamentos, empreendidos de forma seletiva pela mídia, recaíram inteiramente sobre o Partido dos Trabalhadores.

Assim como nas manifestações realizadas em 2013, as de 2015, além de circularem nas ruas, ganharam desdobramentos outros nas mídias tradicionais e na internet; os dizeres dos cartazes geralmente eram postos em destaque e passaram a circular em diferentes páginas na internet e com diferentes perspectivas¹⁰. Dizeres que mobilizam o que Indursky (INDURSKY, 2016, p. 79) compreende como “ideologia do ódio”, os quais foram enquadrados em diferentes registros.

Propomos conceber tais registros enquanto flagrantes urbanos: de maneira preliminar, propomos compreendê-los como gestos cujo enquadramento produz efeito de maior ou menor espontaneidade. Gestos que colocam em questão, sobretudo, uma tomada de posição político-ideológica pelo/no espaço urbano por sujeitos e diferentes grupos. Flagrante urbano pode, assim, ser compreendido em nossa análise a partir de um duplo funcionamento: i) empiricamente, trata-se do registro efetuado da paisagem urbana e/ou de qualquer ação realizada no espaço urbano; ii) analiticamente, trata-se do que, pela força da repetição ou pela emergência produzida pelas condições de produção, comparece no espaço da cidade e constitui objeto de análise do/para o analista de discurso, que pode se dedicar a compreender o funcionamento de uma ou mais materialidades significantes em jogo. Nesse sentido, é preciso também considerar os espaços de circulação a partir dos quais tais flagrantes ganham relevo.

Portar um cartaz nas manifestações realizadas pelas ruas das cidades, por exemplo, é compreendido enquanto um flagrante urbano desse gesto que significa, nesse caso, portar determinadas demandas individuais e/ou coletivas/sociais. Para nossa análise, recortamos imagens desse tipo que, após terem sido flagradas no espaço urbano, ganharam circulação em sites na rede eletrônica, seguindo um curso de produção de sentidos. O recorte empreendido coloca em relação os diferentes sentidos em jogo sobre o regime militar.

Distintas demandas são mobilizadas pelos sujeitos nos cartazes que circulam. Em nosso gesto de leitura, trazemos três cartazes de alguns desses flagrantes: o primeiro (figura 5) é um cartaz que circulou nas manifestações realizadas em março de 2015; o segundo e o terceiro (figuras 6 e 7), nas realizadas em agosto do mesmo ano:

¹⁰ Embora não seja nosso intuito desenvolver uma análise dos desdobramentos desses dizeres, vale destacar o site no qual localizamos a figura 5, que traz um cartaz em que se protesta pelo não assassinato da então presidenta Dilma Rousseff. Trata-se de uma página que propõe apresentar os cartazes “mais engraçados e criativos” das manifestações de 2015. É necessário colocar em questão como dizeres desejando a morte de alguém, nesse caso, da única mulher que até o momento ocupou o cargo mais importante do Brasil em termos de representatividade, possam circular na evidência de sentidos de comicidade e criatividade.



FIGURA 5 - Flagrante urbano de manifestação realizada em março de 2015

Fonte: <https://www.criatives.com.br/2015/03/os-22-cartazes-mais-engracados-e-criativos-dos-protestos-do-dia-1503/>



FIGURA 6 - Flagrante urbano de manifestação realizada em agosto de 2015

Fonte: <http://nao-questione.blogspot.com.br/2015/08/brasil-por-que-nao-mataram-todos-em-1964.html>



FIGURA 7 - Flagrante urbano de manifestação realizada em agosto de 2015
 Fonte: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/18/opinion/1439908643_894361.html

Na primeira figura, dois homens comparecem e um deles segura um cartaz que traz os seguintes dizeres¹¹: “Protesto: quem era para ter morrido era a Dilma e não o cantor Reginaldo Rossi”. No segundo, não vemos os rostos, mas o enquadramento nos permite concluir que são duas mulheres sentadas na guia (da rua). Uma delas segura um cartaz com o seguinte enunciado: “Porquê não mataram todos em 1964”. O terceiro é segurado por uma mulher que esconde grande parte do seu rosto, em um cartaz que diz: “Dilma, pena q não tem enforcaram no DOI-CODI. Fora Dilma e PT”.

Alguns cartazes tiveram destaque na mídia. O segundo cartaz (figura 6) é um caso exemplar. O flagrante de uma senhora portando esse cartaz enquanto parece descansar na guia ganhou destaque nas redes sociais e despertou a atenção de colunistas de diferentes espaços midiáticos. Em trabalho anterior (DELA-SILVA; LUNKES, 2020, p. 104), nos voltamos a uma crônica do professor Pasquale. Nessa crônica, ao dizer sobre o emprego dos porquês na língua, se demarcava “uma posição de enfrentamento ao discurso de ódio que ganhou as redes sociais e, também, as ruas, com maior ênfase a partir da eleição de Dilma para seu segundo mandato, em 2014.”.

O retorno a esse cartaz permite-nos, neste momento, apontar para o não desconhecimento a respeito das torturas e assassinatos promovidos pela ditadura no Brasil, no período de 1964 a 1985. São sentidos que ecoaram também na votação ao processo de golpe/*impeachment* de Dilma na Câmara dos Deputados, em abril de 2016, quando um deputado dedicou o seu voto à “memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff” (BARBA; WENTZEL, 2016).

Nos dizeres em análise, não se trata de apoios a governos autoritários por desconhecimento de suas ações, ou a apologias a torturas e assassinatos por acreditar que tais ações não existiram. Aqueles que seguram os cartazes e bradam por repressão sabem o que pedem e mesmo assim o fazem. Baldini e Di Nizo (2015) abordam as consequências do funcionamento social de tal enunciado (Eu sei, mas mesmo assim...) como uma exposição da forma cínica do discurso na atualidade, cujo “próprio

¹¹ Transcrevemos os dizeres da maneira como foram formulados nos cartazes.

funcionamento torna inócua a arma da crítica, na medida em que a tomada de posição cínica já pressupõe sua própria crítica...” (BALDINI; DI NIZO, 2015, p. 133).

Em nosso gesto analítico, propomos uma substituição. Sabemos que a conjunção *mas* funciona como elemento linguístico de excelência para a mobilização de sentidos de oposição no fio do discurso. O funcionamento do discurso cínico pode ser apreendido na não coincidência entre aquilo que a posição sujeito retoma do já-dito com aquilo que espera/deseja. Na oração “eu sei” se mobilizaria um determinado saber de uma formação discursiva, posto em suspenso a partir do encaixe do “mas”, que mobiliza uma rede outra de sentidos e torna inócua a aparente crítica que se produziria, conforme indicam Baldini e Di Nizo; daí a posição cínica que “... já pressupõe sua própria crítica” (BALDINI; DI NIZO, 2015, p. 133). Poderíamos, nesse caso, articular esse posicionamento teórico a alguns enunciados, tais como: “Eu sei o que foi a ditadura militar, mas mesmo assim reivindico a intervenção dos militares” ou “Eu sei o que é a tortura, mas mesmo assim a desejo para ‘comunistas’/opositores do regime militar.”

Propomos substituir o “mas” por um “e”: “eu sei e por isso (...)”. Esse encaixe sintático permite situar uma posição sujeito que ao reconhecer o já-dito o assume como da ordem do esperado/desejado. Trata-se de um funcionamento a partir do qual se depreende a irrupção de um discurso marcado por efeitos de ódio em sua formulação. Nesse funcionamento, os gestos de violência não apenas são acolhidos nas fronteiras do saber desse discurso, mas também possibilita inseri-los nas práticas discursivas como ordem/agenda do dia, conforme se pode depreender nos dizeres em análise.

A expressão “gestos de violência” é aqui mobilizada a partir de pesquisas anteriores (LUNKES, 2019). Considerando que diferentes movimentos de sentidos estão em jogo em práticas discursivas nas quais a (necessidade de) violência coloca-se como evidente, compreendemos o termo ‘violência’ enquanto um amplo processo de designação, o que permite depreender os gestos de violência produzidos com base e a partir das materialidades significantes em análise. Dessa maneira, especificamos violência enquanto

[...] conjunto de gestos de violência que, pela evidência ideológica da formação social capitalista, corroboram e legitimam desigualdades de toda ordem, seja de classe, de raça e/ou gênero, que atuam não apenas no sentido de verticalizar/hierarquizar as relações, mas também de cristalizar os efeitos de superioridade e inferioridade colocados em jogo no discurso de um sujeito ou grupo sobre outro. (LUNKES, 2019, p. 194).

Com essa perspectiva em questão, vejamos o funcionamento de tais gestos de violência retomando os mesmos enunciados, mas com outra filiação de sentidos: “Eu sei o que é a tortura e por isso a espero/desejo para os de esquerda/‘comunistas’/opositores do regime militar.”

3. Conclusão

Em nossa análise, mobilizamos o espaço urbano em diferentes movimentos: a cidade na constituição de espaços como o do Memorial da Resistência, a cidade que comparece para produzir sentidos de resistência no vídeo do Memorial, a cidade nas manifestações políticas de 2015. A cidade atravessada por diferentes sentidos e, conforme depreendemos, pela contradição. De um lado, pela demanda à vida no Memorial, que retoma uma memória de horror silenciada (ORLANDI, 2002) no discurso sobre/do regime militar; por outro, pelo efeito de urgente demanda da tortura e da morte do/de quem é considerado inimigo no discurso de manifestantes.

A fim de produzir o efeito de fechamento do presente trabalho, retomemos parte do título, em que procuramos estabelecer um jogo linguístico a partir de efeitos de declaração/interrogação: “lembrar é resistir(?)”. Apesar de iniciativas de constituir nas cidades espaços como o Memorial da Resistência, em que se coloca a ler/ver uma espécie de “acerto de contas” (RICOEUR, 1995), os flagrantes urbanos da última década permitem depreender a retomada de uma memória discursiva sobre/da política brasileira cuja demonstração é de que muitos dos sentidos em jogo no discurso sobre e do regime militar não foram significados e que, por isso mesmo, permite a mobilização nas manifestações dos traços mais perversos do funcionamento desse regime enquanto uma espécie de demanda social, naturalizando a tortura e a morte.

Por isso, com a mesma urgência e anseio dos discursos que reivindicam e naturalizam esses gestos de violência, insistamos em problematizá-los, em desconstruir as evidências que neles se produzem. Insistamos em nossa tomada de posição: lembrar e/é resistir.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Lisboa: Presença, 1974.
- BARBA, Mariana D.; WENTZEL, Marina. Discurso de Bolsonaro deixa ativistas ‘estarcidos’ e leva OAB a pedir sua cassação. *BBC Brasil*, 20 abr. 2016. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160415_bolsonaro_ongs_oab_mdb. Acesso em: 4 jul. 2019.
- BALDINI, Lauro; DI NIZO, Patricia Leal. O Cinismo como prática ideológica, *Estudos da Língua(gem)*, Vitória da Conquista, v. 13, n. 2, p. 131-158, dezembro de 2015.
- CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. “As classes dominantes e a nova direita no Brasil contemporâneo”. In: GALLEGO, Esther Solano. (Org.). *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 41-45.
- DELA SILVA, Silmara; LUNKES, Fernanda L. Por que (não) dizer da língua? *Policromias – Revista de estudos do discurso, imagem e som*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 87-107, jan./abr. 2020.
- FIGUEIREDO, Eurídice. *A literatura como arquivo da ditadura brasileira*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017.

INDURSKY, Freda. "Os (des)caminhos do discurso político brasileiro na contemporaneidade". In: GRIGOLETTO, Evandra; NARDI, Fabiele Stockamans de. *A Análise do Discurso e sua história: avanços e perspectivas*. Campinas: Pontes, 2016. p. 65-87.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LAGAZZI, Suzy. "O recorte significativo da memória". In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina L.; MITTMANN, Solange. *O discurso na contemporaneidade*. São Carlos, SP: Claraluz, 2009, p. 65-78.

LUNKES, Fernanda. "Gestos de violência contra a mulher: uma análise discursiva". In: GARCIA, Dantielli A.; SOARES, Alexandre S. Ferrari (Orgs.). *De 1969 a 2019: um percurso da/na análise de discurso*. Campinas: Pontes, 2019, p. 189-205.

MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.

MEMORIAL da Resistência de São Paulo. Disponível em:

<http://memorialdaresistenciasp.org.br/memorial/default.aspx?c=130>. Acesso em: 30 jun. 2019.

MIGUEL, Luis Felipe. "A reemergência da direita brasileira". In: GALLEGO, Esther Solano. (Org.). *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 17-26.

ORLANDI, Eni. "Maio de 68: os silêncios da memória". In: ACHARD, P. et al. *O papel da memória*. Tradução de José Horta Nunes. 3 ed. Campinas-SP: Pontes Editores, 2010. p. 59-71.

ORLANDI, Eni. *Cidade dos sentidos*. 5. ed. Campinas: Pontes, 2004.

ORLANDI, Eni. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.

ORLANDI, Eni. *História das ideias linguísticas no Brasil: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. Campinas, SP: Pontes; Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001.

PÊCHEUX, Michel. [1984]. Ousar pensar e ousar se revoltar. Ideologia, marxismo, luta de classes. *Décalages*, v. 1, n.4, p. 01-22, jun. 2015. Disponível em: <https://scholar.oxy.edu/decalages/vol1/iss4/15/>.

PÊCHEUX, Michel. [1975]. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Orlandi et al. 4. ed. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2009.

RICOEUR, Paul. *O perdão pode curar?* Tradução de José Rosa. 1995. Disponível em:

http://www.lusosofia.net/textos/paul_ricoeur_o_perdao_pode_curar.pdf. Acesso em: 4 jul. 2019.

SOUSA, Lucília Maria Abrahão. "De presença e ausência: trilhamentos discursivos em dois museus". In: VENTURINI, Maria Cleci (Org.). *Museus, arquivos e produção do conhecimento em (dis)curso*. Campinas-SP: Pontes, 2017, p. 77-87.

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

VENTURINI, Maria Cleci.; SCHON, Suhaila Mehanman. Documentário, língua e o museu no/pelo olhar discursivo. *RUA*, Campinas, v. 24, n 2, p. 543-560, nov./2018. DOI <https://doi.org/10.20396/rua.v24i2.8653945>. Acesso em: 05 de ago. 2019.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 13-28, 2004. DOI <https://doi.org/10.1590/S0102-01882004000100002>. Acesso em: 13 de set. 2020.